

# Parlamentarismo deve ser analisado pela Constituinte

Da Reportagem Local

As vésperas de reorganizações constitucionais são compreensivelmente férteis em sugestões. Tanto quanto em 1934, com o projeto de Assis Brasil, quanto em 1946, com o de Raul Pilla, ambos aliás derrotados nos plenários de suas respectivas constituintes, é mais que provável que a receita parlamentarista volte a ser analisada no Congresso constituinte a ser eleito a 15 de novembro.

A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais relançou indiretamente o debate, no último dia 5, ao propor em seu anteprojeto o regime de "dualismo de complementaridade", com o presidente da República eleito pelo voto direto, sem perder a iniciativa de enviar projetos ao Congresso, dividindo o poder com um presidente do Conselho de Ministros, proposto ao Congresso por ele, o presidente, ou, em caso da rejeição

consecutiva de dois nomes, escolhido no próprio âmbito parlamentar.

O curioso é que a tese vem à tona justamente no momento em que mergulha em sua maior crise — pela dualidade de origem política do presidente e seu primeiro-ministro — o melhor exemplo de sistema que procura conciliar o parlamentarismo e o presidencialismo: o da França, com sua Constituição da 5ª República, aprovada em 1958.

De qualquer forma, sem que o assunto esteja embutido na pauta das polêmicas eleitorais, permanecendo restrito a círculos de políticos e juristas, vale a pena lembrar as duas circunstâncias historicamente diversas em que os ministérios governaram o Brasil como Poder Executivo, provido de menor ou maior raio de ação, e não como simples assessorias delegadas pelo chefe de Estado, conforme funcionam no sistema presidencial. (João Batista Natali)



Raul Pilla, foi constituinte em 46



Assis Brasil, foi constituinte em 34

Fotos Banco de Dados

## Brochado tentou fortalecer cargo

Acelera-se a agitação política e sindical. Brochado da Rocha propõe em seu "programa de emergência" — os premiês são obrigados a submeterem suas intenções ao Parlamento — um plano de combate à inflação e a antecipação do plebiscito que poria fim ao parlamentarismo. Pede em seguida ao Congresso plenos poderes para legislar sobre petróleo e minérios, sindicalismo rural e controle da moeda e do crédito. Enquanto o Conselho Superior das Classes Produtoras demonstrava sua oposição a esse superdimensionamento das atribuições do primeiro-ministro, e o CGT, Comando Geral dos Trabalhadores, a ele aderiria, em troca da promessa de apressamento das reformas, os militares nacionalistas, pró-Jango, lançavam manifesto pe-

dindo o plebiscito presidencialista no menor prazo possível. Pressionado, Brochado da Rocha renuncia, morrendo em Porto Alegre doze dias depois.

Restava esperar os resultados das urnas, marcadas para 6 de janeiro de 1963. Hermes Lima, ministro das Relações Exteriores, ex-deputado e ex-aliado dos trotskistas no Partido Socialista Brasileiro, ex-chefe de gabinete do presidente da República, assume para cumprir esse item que enriqueceria seu currículo. Ele seria, a seguir, ministro do Supremo Tribunal Federal, cassado em 1968 pelo AI-5, e membro da Academia Brasileira de Letras, já ocupada, após sua fundação, por literatos e juristas de destaque no Parlamentarismo sob Pedro 2º. (JBN)